

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Director Presidente*

MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*

VICTORIO BHERING CABRAL — *Consultor*

MARCOS SÁ CORRÊA — *Editor*

FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*

ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo*

Perfis Parlamentares

Só um país desorientado pelos preços relativos pode explicar, sem a necessidade de saber o que é preço relativo, essa remuneração que o Congresso se concedeu: desde o dia 1º, deputados e senadores estão recebendo 146 mil cruzados por mês. O montante foi calculado pela média dos aumentos concedidos aos servidores públicos federais durante o ano e representa o ponto de partida de uma escalada que depende da inflação. Mas, não é tudo.

Por trás desse fixo cabe muita variação. Não entram no cálculo as viagens semanais de avião, que não sendo usadas podem ser trocadas por passagens ao exterior. Também ficam de fora os telefonemas, as despesas postais, a gasolina (ou o álcool), barbeiro. Como se diz com ar de troça, mas a sério, os mais altos salários de executivo no Brasil estão no Legislativo. É a maior indiferença pelo que a opinião pública resmunga ou grita. O abuso é mais ou menos recente, porque até 1930 os parlamentares se davam o respeito. Recebiam apenas no período de trabalho, e o Congresso se reunia poucos meses por ano. Votado o orçamento, os deputados voltavam para a sua terra e exerciam a sua profissão. O mandato não era meio de vida: o que recebiam era a ajuda de custo para pagar a hospedagem na capital.

Enquanto o Rio foi capital da República, o Congresso sentiu a presença da opinião pública, e os políticos contiveram os baixos instintos que os fazem pensar em termos de profissão, quando são representantes eleitos. Deputado ou senador não é profissão nem meio de vida. Depois de 1945, com a volta ao regime constitucional, registraram-se alguns desrespeitos, mas ainda havia cerimônia. Os abusos eram de menor porte, e o mais reprovável foi o privilégio de importar automóveis.

O espírito de corte e a incorporação das mordomias como um hábito vieram com a transferência para Brasília, onde a representação política não sente por perto a respiração da opinião pública. O eleitorado, a cidadania, a sociedade passaram à categoria de abstração. A consciência democrática nacional, que aprendeu com os sobressaltos, deplora a degradação da consciência de responsabilidade parlamentar que expõe o Congresso a um tipo de crítica que em nada o ajudará num momento de necessidade. A disposição do eleitor de usar o seu voto com um sentido purificador e renovador autoriza uma esperança mas também uma apreensão: não se pode prever o perfil do futuro deputado ou senador que vai sair das urnas este ano.